



POLÍTICA DA GOVERNAÇÃO ECONOMIA E DE CONTROLE DE PODER

ECONOMY GOVERNANCE AND POWER CONTROL POLICY

POLÍTICA DE GOBERNANZA ECONÓMICA Y CONTROL DEL PODER

Regina Carmen Eunice Cunamizana Quinhentos¹

e422732

<https://doi.org/10.47820/recima21.v4i2.2732>

PUBLICADO: 02/2023

RESUMO

A economia moçambicana nos últimos anos caracteriza-se por um elevado nível de crescimento económico, dinamizado pela introdução de recursos externos em forma de investimento directo estrangeiro e Grandes Projectos. Este facto é acompanhado pela manutenção e reprodução do poder de um aparelho do Estado com altos níveis de corrupção e fraca capacidade institucional. Deste modo, a evolução das diferentes variáveis macroeconómicas nos últimos anos, continuou a aprofundar a estrutura característica de economias subdesenvolvidas com o surgimento de elites políticas, assemelhando-se a abordagem dos marxistas quando se referem ao aparelho repressivo do Estado. Nos últimos anos, a política económica foi gerida com objectivo de manter e reproduzir o controlo do poder pela classe dominante e de o instrumentalizar para a constituição de grupos económicos, reforçando o poder repressivo do Estado seja coercivamente ou recorrendo aos seus aparelhos ideológicos.

PALAVRAS-CHAVE: Economia. Política. Governação. Controle. Poder.

ABSTRACT

The Mozambican economy in recent years has been characterized by a high level of economic growth, boosted by the introduction of external resources in the form of foreign direct investment and Large Projects. This fact is accompanied by the maintenance and reproduction of the power of a State apparatus with high levels of corruption and weak institutional capacity. In this way, the evolution of the different macroeconomic variables in recent years continued to deepen the characteristic structure of underdeveloped economies with the emergence of political elites, resembling the Marxist approach when referring to the State's repressive apparatus. In recent years, economic policy has been managed with the aim of maintaining and reproducing the control of power by the ruling class and instrumentalizing it for the formation of economic groups, reinforcing the repressive power of the State either coercively or using its ideological apparatus.

KEYWORDS: Economics. Politics. Governance. Control. Power.

RESUMEN

En los últimos años, la economía mozambiqueña se ha caracterizado por un alto nivel de crecimiento económico, impulsado por la introducción de recursos externos en forma de inversión extranjera directa y grandes proyectos. Esto va acompañado del mantenimiento y reproducción del poder de un aparato estatal con altos niveles de corrupción y débil capacidad institucional. Así, la evolución de las diferentes variables macroeconómicas en los últimos años ha seguido profundizando la estructura característica de las economías subdesarrolladas con el surgimiento de élites políticas, asemejándose al enfoque marxista al referirse al aparato represivo del Estado. En los últimos años, la política económica se ha gestionado con el objetivo de mantener y reproducir el control del poder por parte de la clase dominante e instrumentalizarlo para la formación de grupos económicos, reforzando el poder represivo del Estado, ya sea coercitivamente o utilizando su aparato ideológico.

PALABRAS CLAVE: Economía. Política. Gobernanza. Control. Poder.

¹ Serviço Provincial do Ambiente - Nampula.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

POLÍTICA DA GOVERNAÇÃO ECONOMIA E DE CONTROLE DE PODER
Regina Carmen Eunice Cunamizana Quinhentos

INTRODUÇÃO

O aparelho repressivo do Estado abordado pelos marxistas e mais adiante complementado pelos aparelhos ideológicos de Althusser, indicam a reprodução e manutenção de poder em que perpetua a divisão de classes numa sociedade. Esta abordagem assemelha-se a realidade da economia moçambicana nas últimas décadas. Deste modo, o principal objectivo deste estudo é o de analisar as diferentes vertentes socioeconómicas de maior relevância, tendo como principal foco a economia política adoptada nos dois mandatos de governação do ex-presidente Armando Guebuza.

Esta análise é baseada na abordagem de três principais conjuntos de variáveis quantitativas e qualitativas da política económica verificada em Moçambique. A primeira grande variável dinamizadora da economia moçambicana são os recursos externos em forma de investimento directo estrangeiro. O segundo grupo de variáveis que se analisam são as instituições (Estado), corrupção e competitividade e por último aborda-se um conjunto de variáveis macroeconómicas relevantes no contexto do tópico.

Estes grandes fluxos são acompanhados por transformações e configurações de interesses económicos da classe dominante, alimentado por elevados níveis de corrupção, de acordo com o Índice de Percepção da Corrupção que em termos de *ranking* indica que Moçambique se encontrava em 2013 no grupo dos 30% mais corruptos do mundo, (TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2013). Juntamente com a debilidade institucional existente, os níveis de competitividade nacional decrescem e o ambiente de negócios deteriora-se. Daí, a importância de analisar as instituições, nível de corrupção e competitividade relacionando-as com as diferentes opções políticas dos detentores do poder.

Estes factos têm impacto nas diferentes variáveis e instrumentos de gestão macroeconómicos, o terceiro grupo de variáveis a ser analisado, na medida em que se adoptam políticas orçamentais e monetárias expansivas, caracterizadas por elevados níveis de despesas públicas e volumes de crédito ao consumo, respectivamente.

TEORIA DA ECONOMIA POLÍTICA

Para Marx (2010); No seu livro “*A Contribution to the Critique of Political Economy*”, Karl Marx refere que ao considerar a economia política de um dado país, é necessário ter em conta a população, sua divisão em classes, distribuição pela cidade, campo e mar. As questões da economia política estendem-se também aos diversos ramos da produção, a exportação e a importação, a produção anual e ao consumo anual, os preços das mercadorias e outros factores.

Neste contexto, de acordo com Frederich Engels (1984) em seu livro “*The origin of the family private property and the state*”, aborda o modo pelo qual na Grécia o conceito de Estado se desenvolveu. Este afirma que a valorização da riqueza induziu a criação de uma instituição que a acumulasse de forma acelerada e originasse a perpetuação da divisão de classes sociais, Deste



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

POLÍTICA DA GOVERNAÇÃO ECONOMIA E DE CONTROLE DE PODER
Regina Carmen Eunice Cunamizana Quinhentos

modo, verificava-se o direito da classe possuidora em explorar a não possuidora e o domínio da primeira sobre a segunda.

Os métodos desenvolvidos por Karl Marx e Frederich Engels para caracterizar a conjuntura social, económica e política, debruçando-se sobre classes sociais e a formação de Estados e a conjuntura existente baseavam-se inteiramente em evidências históricas e pela observação de diferentes fenómenos ligados à economia política.

No vasto conceito de política de Marx, o Estado aparece como sendo uma instituição em que perpetua o poder de dominação do capital sobre o trabalho. De acordo com Chagas (2012), Marx reduz tudo de essencial ao aparelho de Estado, considerando este repressivo e relacionando-o ao poder da classe dominante sobre a classe dominada. O Estado como mecanismo de manutenção das condições sociais de existência e da reprodução desta realidade.

Em Moçambique, a perpetuação da divisão de classes e perpetuação do poder da classe dominante ou possuidora sobre a classe não possuidora teve início no processo de privatização nos anos 80. De acordo com Chivangue e Cortez (2015) o momento decisivo deu-se no 5º congresso onde se autorizou que os membros da Frelimo, o partido no poder, participassem no sector privado e tivessem oportunidade de enriquecer. De acordo com este estudo, as elites usaram o poder para beneficiar-se do processo de privatizações, pois este não foi um processo transparente e foi dependente das diferentes ligações políticas que podem ter distorcido preços e informações a favor de interesses individuais ou colectivos.

Actualmente, vive-se o reflexo de um contexto histórico de criação de elites políticas e económicas que se consolidam e fortificam através de *networks* viradas ao sector privado e em particular a investimentos em recursos naturais. Chivangue e Cortez (2015), demonstram a existência de uma elite moçambicana composta por políticos empresários incluindo o próprio ex-presidente Armando Guebuza. Este estudo revela que um conjunto de políticos orientados para o negócio, familiares dos mesmos e empresários encontram-se conectados numa rede de poder político e económico, conduzida pela acumulação de recursos, sendo Armando Guebuza identificado como o principal nó e líder desta *network*, em que 87.5% foram identificados como membros da Frelimo com altas funções dentro do Governo.

INVESTIMENTO E GRANDES PROJECTOS MOÇAMBICANOS

Nos últimos anos a economia de Moçambique tem atravessado diferentes transformações estruturais e sectoriais resultantes, principalmente, de entrada de grandes volumes de investimento (BOLETIM ESTATÍSTICO, 2010-2013). Portanto, é importante analisar de que forma estes se distribuem pelos sectores da economia e o impacto dos mesmos na qualidade de vida da população.

Verifica-se uma concentração do investimento aprovado em dois sectores da economia, ou seja, aproximadamente 50% do investimento aprovado no período em análise distribui-se entre o sector da agricultura e o sector extractivo (recursos minerais e energia). De acordo com os dados do CPI o investimento concentra-se num número reduzido de grandes projectos, sendo que 90% do



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

POLÍTICA DA GOVERNAÇÃO ECONOMIA E DE CONTROLE DE PODER
Regina Carmen Eunice Cunamizana Quinhentos

valor dos investimentos aprovados (não necessariamente realizados) concentra-se em aproximadamente 6.7% dos projectos. Os seguintes projectos destacam-se: (1) Ferro e aço de Maputo; (2) expansão da Mozal; (3) Pemba Bay (projecto no sector do turismo); (4) Vale de Moçambique; (5) Portucel Moçambique (florestas); e, (6) Lúrio Green Resources (florestas). Os dados disponibilizados pelo CPI para o período entre 2011 e 2014 demonstram uma tendência crescente do volume de investimento aprovado em relação ao sector de transportes e comunicações e indústria, e um repentino *boom* do sector de energia (principalmente petróleo e gás) no ano de 2014, tendo registado aproximadamente três mil e duzentos milhões de USD.

Mosca, Abbas e Bruna (no prelo) referem que existe uma grande injeção de recursos, sobretudo externos e em grandes investimentos, sobretudo o investimento directo estrangeiro. A entrada destes grandes volumes de capital estrangeiro reflecte uma política expansionista que resulta num incremento das exportações e o aumento do emprego, embora os grandes projectos sejam pouco geradores de emprego e mais intensivos em capital pela própria natureza do negócio. Portanto, estes grandes projectos aplicam-se principalmente à produção virada para a exportação com menor desenvolvimento do mercado interno e baixas ligações intersectoriais.

O investimento directo estrangeiro caracteriza-se, como mencionado anteriormente, num reduzido número de grandes/mega projectos nas áreas de fundição de alumínio, na indústria extractiva, na agricultura (virada para exportação) e no turismo. Deste modo, verificou-se um reforço da base capitalista da economia moçambicana, dominada pelo investimento estrangeiro e por empresas multinacionais. Estes apresentam impactos consideráveis a nível macroeconómico.

Quadro 1 – Isenções dos Grandes Projetos

Nome do projecto	Principais reduções	Principais isenções
STATOIL Áreas 2 e 5 do bloco de Rovuma (exploração de gás e petróleo)	50% da taxa de Sisa na aquisição de imóveis adquiridos nos primeiros 3 anos	Direitos aduaneiros e outras imposições aduaneiras e fiscais relativos à importação e exportação temporária de bens para utilização nas operações petrolíferas.
Anadarko Moçambique Área 1 Offshore (exploração de gás e petróleo)	Não conhecido oficialmente	Direitos aduaneiros e outras imposições aduaneiras relativas à exportação do petróleo extraído em Moçambique. Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) nas importações e exportações, referidas nos bullets anteriores. Qualquer imposto que incida sobre, ou se relacione com, os rendimentos do pessoal expatriado não-residente da Concessionária ou dos seus Subcontratados ou de qualquer outro imposto de natureza similar que incida sobre os
PC Mozambique (Rovuma Basin) Lda (exploração de gás e petróleo)	Não conhecido oficialmente	
Eni East Africa S.p.A (exploração de gás e petróleo)	25% de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRPC) do rendimento líquido de qualquer investimento antes de 2010. 50% da taxa de Sisa na aquisição de imóveis adquiridos nos primeiros 3 anos.	



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

POLÍTICA DA GOVERNAÇÃO ECONOMIA E DE CONTROLE DE PODER
Regina Carmen Eunice Cunamizana Quinhentos

		rendimentos do trabalho do pessoal expatriado.
Vale Moçambique (exploração de carvão)	25% da taxa de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas, devido na distribuição de dividendos, durante 5 anos, contados a partir do 1º ano distribuição de dividendos. 25% da taxa de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas por 10 anos, contados a partir do ano que tiver lucros.	Não conhecido oficialmente
Mozaal, SARL (Fundição para alumínio)	Recuperação dos custos das infraestruturas até o máximo de 15.000.000.00 de dólares norte americanos, ao longo de um período de 8 anos.	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas, Sisa, Imposto de Selo, Direitos de importação e Imposto sobre o Valor Acrescentado.
Kenmare (Projecto Areias Pesadas de Moma- Mining)	50% do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas nos primeiros 10 anos após início da produção.	Imposto sobre Consumos Específicos, Imposto sobre o Valor Acrescentado, Direitos de importação por um período de 5 anos.
Kenmare (Projecto Areias Pesadas de MomaProcessing)	Não conhecido oficialmente	Imposto sobre Consumos Específicos, Imposto sobre o Valor Acrescentado, Direitos de importação.
SASOL Petroleum Temane	50% do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas nos primeiros 6 anos de produção	Imposto sobre Consumos Específicos, Imposto sobre o Valor Acrescentado, Direitos de importação por um período de 5 anos.
JSPL, Mozambique Minerais, Lda	Para efeitos de cálculo do rendimento tributável, de Imposto sobre a Produção mineira, Imposto sobre a Superfície, Sisa e Imposto de Selo.	Imposto sobre o Valor Acrescentado e Direitos de importação por um período de 5 anos.
Mpanda Nkuwa	Não conhecido oficialmente	Imposto sobre o Valor Acrescentado e Direitos de importação por um período de 5 anos.

Fonte: Nuvunga (2013).

Esta política combinada com o potencial de recursos naturais (em particular minerais e energético) existente em Moçambique e a ilusão de uma estabilidade macroeconómica do país apercebida internacionalmente, transforma Moçambique num grande destino de investimentos classificados como *resource seeking*, que se irá reflectir nas diferentes vertentes macro e microeconómicas.

Os benefícios fiscais são considerados generosos e colossais (CASTEL-BRANCO, 2010), assim como muitos e excessivos (CIP, 2013a), principalmente tendo em conta o facto de que o



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

POLÍTICA DA GOVERNAÇÃO ECONOMIA E DE CONTROLE DE PODER
Regina Carmen Eunice Cunamizana Quinhentos

orçamento do Estado em Moçambique apresenta sistemáticos e crescentes défices, portanto, questiona-se os motivos pelos quais estes são estipulados e para quem realmente serão benéficos, tendo em conta o envolvimento de elites políticas que são altamente influenciadores na legislação e no acesso privilegiado à informação sobre a localização de recursos naturais em Moçambique. Um estudo conduzido por Besseling (2013) afirma que a Frelimo e os ex Presidentes Armando Guebuza e Joaquim Chissano em conjunto com ex Ministros exercem alguma influência na indústria do gás.

De acordo com Besseling (s/ data), Armando Guebuza é um dos homens mais ricos de Moçambique e com ligações, interesses e participação em diversos sectores da economia, resultante da dominação executiva do desenvolvimento de políticas e legislações. Besseling (2013) identifica o ex Presidente Armando Guebuza, com ligações e interesses na empresa Intelec Holdings (com participações na SASOL e muitas outras empresas de diferentes áreas) e na Insitex9, como principal influenciador dos contratos com os GP e em particular no sector do gás. Neste estudo e no estudo conduzido por Chivangue e Cortez (2015) Celso Correia, actual Ministro da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural, é identificado como uma das principais ligações de Guebuza.

Sustentando estas afirmações e no âmbito da indústria extractiva Castel-Branco afirma: Investidores nacionais, particularmente os que investem em grandes projectos, ou pedem empréstimos bancários (o que é registado como empréstimos e não como IDN), ou investem com “capital político”, isto é, com a sua capacidade de controlar o acesso a recursos naturais (água, terra, recursos minerais), influenciar decisões, organizações, instituições (incluindo políticas, leis e pacotes de incentivos fiscais e outros), antecipar projectos de infra-estrutura associados à exploração de recursos naturais, e de “facilitar” o acesso dos investidores estrangeiros aos recursos naturais. Esta é uma forma específica e concreta de acumulação capitalista primitiva em Moçambique, cuja detalhada compreensão requer muito mais investigação. Esta forma de acumulação é consistente com a análise marxista sobre a chamada acumulação primitiva de capital, que consiste no controlo, reestruturação e redistribuição dos recursos e da propriedade e na reestruturação das relações de trabalho e das relações de poder envolvendo o Estado e as novas classes capitalistas. A acumulação primitiva não começa com poupança mas com o controlo sobre os recursos, o Estado e o trabalho, e das rendas que provêm desse controlo (MARX, 1983). No caso moçambicano, este processo de reestruturação da propriedade dos recursos e do trabalho é acompanhado com a aliança e dependência das novas classes capitalistas nacionais com o grande capital estrangeiro (CASTEL-BRANCO, 2010, p. 44).

DISCUSSÃO DE RESULTADOS

O orçamento público foi utilizado para suportar despesas que tinham por objectivo a criação das bases de apoio do regime, através da promoção de níveis de vida nos grupos sociais de renda baixa nas cidades e das elites rurais através de subsídios, de distribuição de dinheiro e de aumentos salariais acima da inflação, na tentativa de manter a instabilidade social em níveis de baixa intensidade. A política monetária foi instrumentalizada para criar um ambiente macroeconómico



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

POLÍTICA DA GOVERNAÇÃO ECONOMIA E DE CONTROLE DE PODER
Regina Carmen Eunice Cunamizana Quinhentos

favorável às importações, não apenas de bens alimentares, mas também dos grandes investimentos (beneficiando, sobretudo, o capital externo), e reduzir o efeito inflacionário dos bens com incidência no custo de vida da população de renda baixa. A política fiscal e monetária expansivas foram administradas para alcançar o duplo objectivo: facilitar a operação do capital e evitar instabilidade social. A inflação foi controlada, sobretudo através de taxas de juro elevadas, dificultando o acesso ao crédito “ou dirigindo-o para os sectores mais rentáveis associados aos grandes investimentos nos sectores extractivos e outros complementares”, pela compra da dívida pública pela banca comercial, por taxas de câmbio sobrevalorizadas e por meio de subsídios aos bens e serviços mais consumidos pelas classes sociais desfavorecidas, com particular incidência nas cidades

O poder do Estado foi reforçado para exercer a função de uma agência concessionária tendo como objectivo principal a configuração de grupos económicos com práticas promíscuas entre o público e o privado e entre a política e os negócios. O Estado possui fortes debilidades de regulação e fiscalização em sectores vitais da economia, facilitando a exploração predadora de recursos e o não-cumprimento de leis, o que é reforçado por um sistema judicial moroso e, muitas vezes, não eficaz. O populismo económico é, assim, complementado por um mercado selvagem sem, ou com muito poucos empresários com espírito capitalista na concepção. Este modelo de crescimento, sectorialmente diferenciado e com elevada variabilidade nos ritmos de crescimento entre os sectores e socialmente excludente, configura uma sociedade com vários dualismos com aprofundamento das características de uma economia subdesenvolvida. O padrão de acumulação centrado no exterior e, de forma marginal, em poucos sectores económicos e minorias da elite do poder, reforçou o modelo de crescimento não gerador de emprego, reprodutor da exclusão social no processo de criação de riqueza e com variabilidade inter-anual derivado de vários factores, incluindo do volume de investimento externo e da vulnerabilidade da economia às comoções externas.

CONCLUSÃO

A política económica durante o período em análise teve como pilares principais a captação de recursos externos através da oferta de condições económicas “generosas” e de facilitação de operação das multinacionais e de uma diplomacia inteligente na manutenção dos fluxos da cooperação. Muitas decisões e medidas foram tomadas sem bases de estudos económicos e sobre os efeitos sociais e ambientais. Em muitas ocasiões, o voluntarismo económico (“custo político”) sobrepôs-se às decisões racionais e sem previsão e tomada de medidas complementares para a implementação das decisões. Noutras ocasiões, existiram planos e estratégias elaborados pensando-se na possibilidade de obtenção de recursos financeiros adicionais da cooperação ou de investimento externo.

O crescimento económico, considerado elevado e robusto, possui grandes variabilidades conjunturais de crescimento entre e em cada sector (ao longo do tempo) e existe uma tendência de desaceleração durante a última década. Verifica-se ainda que os sectores com maior peso na formação do PIB são os que menos crescem sendo verdadeiro o contrário: os sectores que



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

POLÍTICA DA GOVERNAÇÃO ECONOMIA E DE CONTROLE DE PODER
Regina Carmen Eunice Cunamizana Quinhentos

actualmente menos contribuem para a riqueza nacional são os que têm crescido a ritmos mais elevados. A persistência destas tendências, a médio e longo prazo, poderá reforçar a natureza subdesenvolvida da economia e, portanto, dependente, ineficiente, pouco competitiva, com crescente pobreza e diferenciação social e territorial²⁴, aumento das economias informais e de tráficos diversos.

REFERÊNCIAS

BESSELING, R. **Mozambique-political Dynamics, Regulatory Outlook and Infrastructure Risks**. [S. l.: s. n.], 2013. www.exclusive-analysis.com

CASTEL-BRANCO, C. Os Megaprojectos em Moçambique: Que Contributo para a Economia Nacional? In: **Fórum da Sociedade Civil sobre Indústria Extractiva**. Maputo, 2010.

CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA (CIP). **Contribuição da EITI para a melhoria da governação do sector extractivo ainda é modesta**. Edição Nº 10/2014. Moçambique: CIP, 2014.

CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA (CIP). **Novos standars do EITI desafiam o Governo de Moçambique a dar provas de estar comprometido com a transparência**. Edição Nº 16/2013. Moçambique: CIP, 2013a

CHIVANGUE, A. E.; CORTEZ, E. **An analysis of mozambique's political and economic networks**. WP 136/2015. Lisboa: CEsa, 2015.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Leandro Konder. 9. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1984.

MAPUTO. **Boletim Estatístico**. Maputo: Banco de Moçambique, 2010-2013.

MARX, K. **Capital: A critique of political economy**. London: Lawrence & Wishart, 1983. Vol. I.

MARX, K. O método da economia política. Karl Marx Apresentação de João Quartim de Moraes e tradução de Fausto Castilho. **Crítica Marxista**, v. 30, 2010.

MOÇAMBIQUE. **Decreto nº 46/2004, de 27 de Outubro**: Aprova o Código da Sisa. Boletim da República (2004) I SÉRIE - Número 43.

ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO. **Boletim da República**, 2022. Disponível em: <http://www.dno.gov.mz>. Acesso em: 24 nov. 2022.